

AS PARTEIRAS DA REGIÃO SUL DO RS E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARTO

EDUARDA BORGES DA SILVA¹; LORENA ALMEIDA GILL²

¹Universidade Federal de Pelotas – eduarda.historia.ufpel@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

A história da parturição não oficial no Rio Grande do Sul (RS) do século XX é um tema abordado por poucos/as autores/as, sobretudo quando comparado a regiões como Norte e Nordeste brasileiras. As historiadoras Sandra Careli (2008) e Rejane Jardim (1998), trataram do tema abordando a capital do Estado.

Careli observou as transformações no ofício de parteira em Porto Alegre, entre 1900 e 1930. Já o assunto de Jardim foi “Irmãs de Caridade e Parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre - 1872 a 1940”. Entretanto, a Região Sul do RS e os anos posteriores à metade do século passado ainda não foram contemplados. Acredita-se que tal fato se deva principalmente, a ausência de fontes disponíveis.

Esta pesquisa, além de produzir documentação sobre a temática – entrevistas com parteiras, tem como objetivo observar as transformações que ocorreram neste ofício ao longo do século XX, sobretudo com o processo de industrialização do parto, a partir das percepções destas trabalhadoras invisibilizadas (PERROT, 1988). A parteira mais idosa entrevistada começou a atuar na década de 1930 e a que parou por último, o fez em 2009.

Entende-se por industrialização do parto no Brasil um fenômeno decorrente das políticas higienistas, modernizantes e de incentivo à industrialização no século XX, sobretudo após a década de 1930, sendo ainda um processo contínuo e heterogêneo (ODENT, 2003).

2. METODOLOGIA

As entrevistas foram confeccionadas e analisadas através da História Oral Temática. De acordo com Meihy (1996), ela é uma metodologia que norteia o diálogo a partir de um tema e de um questionário pré-elaborado.

A busca por parteiras da Região Sul do RS começou em 2011 tendo como ponto de partida um projeto maior, intitulado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer” (LONER & GILL, 2010).

Foi necessário elaborar um roteiro próprio a este ofício, levando em conta as especificidades do partejar. Logo que localizadas as narradoras, foram explicitados os objetivos da pesquisa e feito o agendamento das conversas.

Os áudios das entrevistas foram obtidos a partir de dois aparelhos e gravados nas residências das entrevistadas. Tal fato contribuiu muito à pesquisa, porque além de sentirem-se mais à vontade, utilizaram recursos para rememorar e como prova de seus relatos: fotos, carteiras de trabalho, certificados, livros e a confirmação/contribuição dos familiares em alguns instantes.

Posteriormente, os áudios foram transcritos tais quais às entrevistas e após, foi realizada uma limpeza do material, que retirou erros ortográficos e buscou significados para expressões coloquiais.

Cada uma das parteiras foi visitada novamente com a entrevista impressa, para a leitura e assinatura do termo de cessão de direitos de uso. Todas cederam seus relatos. Algumas imprimiram sua digital no papel ou pediram a um dos filhos que assinasse, posto que todas são idosas; algumas são analfabetas e/ou com problemas de visão e coordenação, como Catarata e Parkinson.

Na etapa de análise das fontes há concordância com Alessandro Portelli (1997, p. 25-26): “Trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade [...] A objetividade científica não consiste [...] em simularmos uma neutralidade [...] consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais.”

Assim, foram estabelecidos mecanismos de interpretação: as narrativas foram divididas em parteiras a domicílio rurais, urbanas e de hospital, no intuito de verificar a atuação de cada uma em relação ao espaço de trabalho e a comunidade que pertenciam/em.

E, está ocorrendo o fichamento de cada entrevista em sub-temas: formas de narrar, história de vida, conhecimentos sobre o corpo feminino, suas práticas (técnicas/rituais), materiais que utilizava, relações com as parturientes e/ou com os médicos, cuidados com os bebês e com as gestantes, reconhecimento da comunidade, transformações que percebeu ou foi adotando no partejar, motivos que a levou a parar de atuar e percepção atual sobre o ofício de parteira.

Uma entrevista de História Oral Temática sobre a parturição em Piratini foi realizada com um obstetra, que desde a década de 1960 atua no Hospital Nossa Senhora da Conceição. Também se está tentando agendar outra com algum obstetra de Pelotas, que tenha trabalhado com parteiras, para que ambos possam contribuir no processo de contextualização e trazer outras versões à pesquisa.

Ainda, estão sendo utilizados livros sobre Obstetrícia, especialmente de meados do século XX, como o Manual de Obstetrícia (GRELLE, 1956) e dados atuais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Sistema Único de Saúde (SUS) para agregar/confrontar informações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto dos ofícios como um todo já conta com mais de 60 entrevistas de consertadores de brinquedos e guarda-chuvas, tecelãs, guasqueiros, correeiros, lavadeiras, relojoeiros, ourives, telefonistas, alfaiates, sapateiros, entre outras.

Quanto às parteiras foram realizadas sete entrevistas: cinco na cidade de Piratini e duas em Pelotas, entre 2012 e 2013, todas transcritas. Buscou-se entrevistas em Pedro Osório, Cerrito, Canguçu, Bagé, Pinheiro Machado e São Lourenço do Sul, contudo, os/as moradores/as afirmaram que, nestas cidades e localidades da zona rural, existiam parteiras, mas todas já falecidas.

Nesta etapa de análise das fontes se percebe que as narrativas das parteiras se aproximam em vários momentos, por exemplo, quando confrontam o presente com a época em que atuaram. Afirmam que nos dias atuais ocorrem mais cesarianas que partos normais, as grávidas cada vez mais buscam o hospital para parir e não conhecem parteiras em atuação.

Suas afirmativas vão ao encontro dos dados estatísticos divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Sistema Único de Saúde (SUS) aproximadamente 52% dos partos são cesáreos e no sistema privado 90%, sendo que apenas 15% deles ou menos, seriam de fato cesarianas emergenciais (BRASIL, 2014).

Atualmente, o Brasil é o campeão mundial de cesarianas. Em alguns países, como Inglaterra e Holanda, as parteiras foram as profissionais contratadas

para diminuir estes índices, os gastos e os riscos, retomando o parto como um processo fisiológico da mulher (ODENT, 2003).

Instituir que o local ideal para o parto é o hospital e legitimar o saber dos médicos na obstetrícia como único, foram medidas que “medicalizaram” o parto. Todavia, utilizar máquinas como o raio-x, inicialmente, para detectar a posição do feto, ao invés do exame de toque, introduzir ferramentas como o fórceps, intervenções desnecessárias como a episiotomia, e o uso da cesariana emergencial como uma via de escolha/imposição, são indícios de que a industrialização não se situa somente no setor fabril (TORNQUIST, 2004).

As colaboradoras que atuaram na zona rural acreditam que as mulheres começaram a buscar mais o hospital em virtude da urbanização; do melhoramento das estradas e dos automóveis que possibilitaram a gestante rural chegar mais depressa. E, ao fato do médico “possuir estudo” e o hospital “mais recursos”, do que o parto assistido por elas a domicílio.

Já as parteiras de hospital creditam tal motivo à concepção criada em torno da cesariana como “o parto sem dor” e ao poder do médico, que tenta, segundo elas, convencer sua cliente da condição de paciente, articulando que o parto cirúrgico é mais rápido, prático e seguro que o parto normal, ou que a parturiente possui restrições fisiológicas, muitas vezes antes do primeiro exame do Pré-natal. Inclusive, situam estes fatores como responsáveis pela sua exclusão do sistema de saúde.

Particularidades também estão sendo observadas: Dona Dalva, parteira rural, mencionou que após o nascimento do bebê fazia uma simpatia para a expulsão da placenta, dando três goles de café à parturiente. Disse não saber o motivo, mas que funcionava. A cafeína tem propriedades estimulantes que podem aumentar as contrações uterinas. Dona Cecília além de parteira rural é benzedeira e tratava muitas moléstias infantis, como o “sapinho” (candidíase oral).

Dona Vitalina, parteira urbana, aplicava injeções e fazia curativos a domicílio em seu bairro. Demonstrou que tinha muito cuidado com o cordão umbilical. Visitava o bebê até a queda do cordão, fazendo a higiene local, pois, segundo ela, o bebê só estava a salvo quando o umbigo estava sarado.

A parteira Maria Basilícia contou que na década de 1990 no Hospital Nossa Senhora da Conceição de Piratini, o COREN-RS (Conselho Regional de Enfermagem) ofertou-lhes um curso de Atendente de Enfermagem e que desde então foi retirada a condição de parteira de seus crachás em troca desta, entretanto, aposentou-se e seguiu atuando na mesma função e do mesmo modo até 2009.

Dona Jaci, a parteira mais antiga deste hospital narrou a não regulamentação do seu ofício. Foi admitida como serviços gerais e devido à falta de profissionais começou a partejar, dividindo-se entre as duas tarefas.

Dona Erci narrou a sua relação com os estudantes de Medicina que iam a Santa Casa de Pelotas, estagiar com ela na maternidade e que ela lhes ensinava “a pegar bebês”.

Dona Eulália, foi parteira rural e depois urbana a domicílio. Ela explicou a necessidade da mulher “sentir as dores” (enfrentar as contrações de forma natural, sem estimulantes sintéticos) e denunciou que a aplicação excessiva de ocitocina sintética, pode levar à morte do feto, hemorragias e ao óbito da parturiente.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa, como já posto, aborda uma região e um período sem estudos na temática. Além da invisibilidade do trabalho das parteiras, não há fontes sobre elas. As maternidades não permitem o acesso de pesquisadores aos prontuários e muitas parteiras são analfabetas, e mesmo as que letradas, não deixaram relatos escritos de sua ação. A realidade da região sul do Estado é diferente das regiões Norte e Nordeste do Brasil, sobretudo, onde ainda há parteiras atuantes. Assim, ouvir estas trabalhadoras tornou-se a única forma viável de compreendê-las e perceber as transformações de seu ofício.

O intuito deste trabalho não é identificar verdades, acertos ou erros das parteiras com relação à medicina oficial. No entanto, se pretende situar seus saberes/experiências, muitas vezes percebidos como precedentes ou concomitantes aos doutos e demonstrar o quanto a divisão medicina popular versus medicina douta é frágil e transponível, como, quando Dona Erci foi a “professora” dos médicos estagiários.

Em suma, as transformações no ofício e na parturição são perceptíveis nos relatos, inclusive a industrialização do parto. As narradoras mencionam os hospitais, a urbanização, o fato dos médicos terem diploma, a cesariana, a aplicação de estimulantes sintéticos, entre outras intervenções, como motivos que as levaram a parar de atuar.

E, apesar de serem trabalhadoras invisíveis na historiografia tradicional, estas mulheres tem o reconhecimento de suas comunidades. Dona Cecília, por exemplo, com 96 anos, afirma que nunca negou atendimento e, em um dos dias em que foi visitada para esta pesquisa, apesar de ter, conforme ela, “aposentado a tesoura”, recebeu o pedido de uma mãe que queria uma benzedura ao filho. Dona Cecília lhe disse para voltar com a criança que a benzeria, repetindo um ato que fez por toda a vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Portal da Saúde**. Acessado em: 23 fev. 2014. Online. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/>
- CARELI, S. As transformações no ofício de partejar nas décadas iniciais da República no Rio Grande do Sul. In: **IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA**, UFRGS, 2008, p. 13.
- GRELLE, F. **Manual de Obstetrícia**. Atheneu S.A.: Rio de Janeiro, 1956.
- JARDIM, R. **Revelando o implícito: Irmãs de Caridade e Parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre - 1872 a 1940**. 1998. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS.
- LONER, B.A. GILL, L.A. Memórias sobre o cuidado: o(a)s benzedeiro(a)s na região sul do RS. In: **X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL**. UFPE, 2010, p. 12.
- MEIHY, J. C. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- ODENT, M. **O camponês e a parteira: Uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto**. São Paulo: Editora Ground, 2003.
- PERROT, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. In: **Projeto História**, PUC-SP. São Paulo, vol. 15, p. 13-49, 1997.
- TORNQUIST, C. **Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil**. 2004. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC.